



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



**Processo nº** 12466.003746/2008-42  
**Recurso** Especial do Contribuinte  
**Acórdão nº** 9303-011.714 – CSRF / 3<sup>a</sup> Turma  
**Sessão de** 17 de agosto de 2021  
**Recorrente** CISA TRADING S/A  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Data do fato gerador: 23/09/2008

RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO. NÃO CONHECIMENTO.

Não se conhece o Recurso Especial apresentado fora do prazo legal, em observância ao art. 23 do Decreto 70.235, de 1972.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do Recurso Especial.

*(documento assinado digitalmente)*

Rodrigo da Costa Pôssas – Presidente em exercício

*(documento assinado digitalmente)*

Tatiana Midori Migiyama – Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Rodrigo da Costa Pôssas (Presidente em Exercício), Luiz Eduardo de Oliveira Santos, Tatiana Midori Migiyama (Relatora), Rodrigo Mineiro Fernandes, Valcir Gassen, Jorge Olmíro Lock Freire, Érika Costa Camargos Autran e Vanessa Marini Cecconello.

## Relatório

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo sujeito passivo contra acórdão 3202-000.774, da 2<sup>a</sup> Turma Ordinária da 2<sup>a</sup> Câmara da 3<sup>a</sup> Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais que, por maioria de votos, negou provimento ao recurso voluntário, consignando a seguinte ementa:

*“ASSUNTO: CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS*

*Data do fato gerador: 23/09/2008*

*CARTUCHOS DE TONER DE MÁQUINA MULTIFUNCIONAL.  
CLASSIFICAÇÃO FISCAL.*

*Por aplicação da RGSH 3c, os cartuchos de toner de máquina multifuncional devem ser classificados no código 8443.99.39.*

*MULTA POR CLASSIFICAÇÃO FISCAL INCORRETA NA NCM.*

*Mantida a reclassificação fiscal efetuada, é cabível a multa de 1% sobre o valor aduaneiro decorrente da incorreção na classificação fiscal na NCM adotada pela contribuinte na DI.*

*MULTA DE OFÍCIO.*

*O não cumprimento da legislação fiscal sujeita o infrator à multa de ofício no percentual de 75% do valor do imposto lançado de ofício, nos termos da legislação tributária específica.*

*JUROS DE MORA.*

*Os juros de mora decorrem de lei e, por terem natureza compensatória, são devidos em relação ao crédito não integralmente pago no vencimento, seja qual for o motivo determinante da falta de recolhimento no prazo legal.”*

Insatisfeito, o sujeito passivo interpôs Recurso Especial contra o r. acórdão, trazendo, entre outros, que:

- A característica essencial das multifuncionais é a sua capacidade de impressão, logo, seus cartuchos de toner não poderiam ser classificados em outra NCM senão a utilizada pela recorrente;
- A posição NCM 8443.99.29 mostra em absoluta conformidade com as RGSH.

- Caso seja desconsiderada a classificação fiscal adotada, que ao menos deveria ser afastada a penalidade, nos termos do art. 100, inciso III, parágrafo único, do CTN

Em despacho às fls. 326 a 327, o Recurso Especial não foi conhecido, em razão de sua intempestividade.

Foi apresentado um pedido de reconsideração da decisão que não conheceu o Recurso Especial, eis que a ciência do acórdão recorrido ocorreu em 6.8.13 e o recurso foi interposto em 21.8.13.

Em novo despacho de admissibilidade às fls. 372 a 374, foi dado seguimento ao Recurso Especial interposto pelo sujeito passivo.

Contrarrazões foram apresentadas pela Fazenda Nacional, requerendo a negativa do recurso especial.

É o relatório.

## Voto

Conselheira Tatiana Midori Migiyama – Relatora.

Depreendendo-se da análise do Recurso Especial interposto pelo sujeito passivo, entendo que não devo conhecê-lo, eis que intempestivo – não atendendo os requisitos do art. 67 do RICARF/2015. O que concordo com o despacho às fls. 326 a 327.

Ora, quanto à análise da tempestividade, o recurso é intempestivo, pois o sujeito passivo tomou ciência em 23.7.2013, conforme fl. 240 (transcrito a seguir), e o recurso somente foi interposto em 21.8.2013, conforme Termo de solicitação de juntada à fl.242.

*“PROCESSO/PROCEDIMENTO: 12466.003746/2008-42*

*INTERESSADO: CISA TRADING S/A*

**TERMO DE ABERTURA DE DOCUMENTO**

O Contribuinte tomou conhecimento do teor dos documentos relacionados abaixo, na data 23/07/2013 9:21h, pela abertura dos arquivos correspondentes no link Processo Digital, no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (Portal e-CAC) através da opção Consulta Comunicados/Intimações.

*Intimação de Resultado de Julgamento*

*Acórdão de Recurso Voluntário*

*Contribuinte: 39.373.782/0001-40 CISA TRADING S/A (ou seu Representante Legal)*

*DATA DE EMISSÃO : 23/07/2013*

*Receber processo - triagem /*

*RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA*

*SACAT-ALF-VITÓRIA-ES*

*ES PORTO DE VITÓRIA ALF”*

Sendo assim, o recurso se encontra intempestivo, nos termos do art. 23, § 2º, inciso II, do Decreto 70.235/72, *in verbis*:

*“Decreto 70.235/72*

*Art. 23. Far-se-á a intimação:*

*[...]*

*§ 2º Considera-se feita a intimação:*

*[...]*

*II - se por meio eletrônico: (Redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013)*

*a) 15 (quinze) dias contados da data registrada no comprovante de entrega no domicílio tributário do sujeito passivo; (Redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013)*

*b) na data em que o sujeito passivo efetuar consulta no endereço eletrônico a ele atribuído pela administração tributária, se ocorrida antes do prazo previsto na alínea a; ou (Redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013)*

*c) na data registrada no meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo;*

Em vista de todo o exposto, não conheço o Recurso Especial interposto pelo sujeito passivo.

É o meu voto.

*(Assinado digitalmente)*

Tatiana Midori Migiyama